

no cargo de auxiliar operacional

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos do art. 8º, inciso VII, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público e art. 57, da LCE 057/2006.

1.4.6. Processo nº 000040-113/2020

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS)
Origem: 2º PJ do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural e Habitação e Urbanismo
Assunto: Apurar reclamação sobre danos causados nas áreas verdes invadidas pela ocupação irregular, oriunda das obras de prolongamento da Avenida João Paulo II.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos do art. 8º, inciso VII, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público e art. 57, da LCE 057/2006.

1.4.7. Processo nº 000492-383/2020

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Prefeitura Municipal de São Geraldo do Araguaia

Origem: PJ de São Geraldo do Araguaia

Assunto: Apurar as supostas irregularidades na contratação realizada pela prefeitura de São Geraldo do Araguaia da Empresa ISM – Serviços e Comércio EIRELI.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos do art. 8º, inciso VII, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público e art. 57, da LCE 057/2006.

1.4.8. Processo nº 000023-151/2016

Requerente(s): Servidores do Hospital Abelardo Santos

Requerido(s): Andréa Aragão, Marcelo Monteiro Mendes, Hospital Regional Dr. Abelardo Santos (HRAS) e Iroleida

Origem: 4º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa
Assunto: Apurar possível ato de improbidade administrativa e assédio moral na conduta de servidores do Hospital Regional Abelardo Santos.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos do art. 8º, inciso VII, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público e art. 57, da LCE 057/2006.

1.4.9. Processo nº 000215-040/2020

Requerente(s): A Coletividade

Requerido(s): Município de Castanhal

Origem: 5º PJ de Castanhal

Assunto: Apurar possível inconstitucionalidade de lei municipal que dispõe sobre implementação de sistema de transporte por moto taxistas no município de Castanhal.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos do art. 8º, inciso VII, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público e art. 57, da LCE 057/2006.

1.4.10. Processo nº 001480-116/2013

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Secretaria Municipal de Saúde - SESMA

Origem: 5º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa
Assunto: Apurar possíveis atos de improbidade administrativa

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos do art. 8º, inciso VII, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público e art. 57, da LCE 057/2006.

1.4.11. Processo nº 000401-151/2018

Requerente(s): Núcleo de Combate à Improbidade e Corrupção do MPE (NCIC)

Requerido(s): Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará (ADEPARÁ)

Origem: 4º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa
Assunto: Apurar possíveis irregularidades no âmbito da ADEPARÁ, com relação à contratação de colaborador eventual, para receber diárias à vacinação contra a febre aftosa no Município de Cachoira do Arari.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos do art. 8º, inciso VII, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público e art. 57, da LCE 057/2006.

1.4.12. Processo nº 000287-132/2019

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Secretaria de Educação de Jacundá

Origem: Promotoria de Justiça de Jacundá

Assunto: Apurar possível improbidade administrativa no encerramento precoce do ano letivo de 2019 pelo Município de Jacundá.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos do art. 8º, inciso VII, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público e art. 57,

da LCE 057/2006.

1.4.13. Processo nº 000057-151/2020

Requerente(s): Notícia Jornalística

Requerido(s): Secretaria de Estado de Turismo (SETUR)

Origem: 4º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa
Assunto: Apurar eventual ocorrência de irregularidades no procedimento de inexigibilidade de licitação da SETUR para contratação de empresa turística.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos do art. 8º, inciso VII, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público e art. 57, da LCE 057/2006.

1.4.14. Processo nº 000948-151/2021

Requerente(s): Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará (IGEPREV)

Requerido(s): Sérgio Castro Gomes, Marta Nassar Cruz, Leida Maria Coelho Bosnic

Origem: 4º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa
Assunto: Recurso em notícia de fato. Recorrente alega que há envolvimento de agentes públicos no suposto cometimento de estelionato previdenciário.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo NÃO ACOLHIMENTO DA REVISÃO DO ARQUIVAMENTO DA NOTÍCIA DE FATO, sendo devido o arquivamento nos termos do art. 8º, inciso VII, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público.

1.4.15. Processo nº 000011-113/2019

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Secretaria Estadual de Cultura do Estado do Pará (SECULT) e Fundação Cultural do Município de Belém (FUMBEL)

Origem: 2º PJ do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural e Habitação e Urbanismo
Assunto: Apurar denúncia de abandono de bem protegido pelo patrimônio cultural, localizado na Av. Nazaré, nº 708, entre Tv. Rui Barbosa e Tv. Quintino Bocaiuva (CODEM).

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos do art. 8º, inciso VII, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público e art. 57, da LCE 057/2006.

1.4.16. Processo nº 000918-042/2020

Requerente(s): A Coletividade

Requerido(s): Município de Cametá

Origem: 1º PJ de Cametá

Assunto: Investigar possível violação aos princípios da administração pública, em especial, o concurso público.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos do art. 8º, inciso VII, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público e art. 57, da LCE 057/2006.

1.4.17. Processo nº 000156-151/2021

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Kiviane de Carvalho Batista

Origem: 5º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa
Assunto: Apurar possíveis irregularidades com relação à acumulação indevida de cargos, a detonar a possibilidade de sobreposição de jornadas de trabalho.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos do art. 8º, inciso VII, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público e art. 57, da LCE 057/2006.

1.4.18. Processo nº 001043-027/2020

Requerente(s): Sigiloso

Requerido(s): Sigiloso

Origem: 2º PJ de Tucuruí

Assunto: Apurar o fato do Sr. Inocêncio Mártires Coelho ter atuado, em tese, em função pública no município de Tucuruí, quando ainda não tinha sido nomeado como assessor jurídico ou procurador do município no ano de 2019

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos do art. 8º, inciso VII, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público e art. 57, da LCE 057/2006.

1.4.19. Processo nº 000783-143/2021

Requerente(s): Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Estado do Pará - SINTEPP- São Miguel do Guamá

Requerido(s): Prefeitura Municipal de São Miguel do Guamá

Origem: 14º Cargo da Procuradoria de Justiça Cível

Assunto: Apurar a aplicação do recurso repassado ao município de São Miguel do Guamá, através da PORTARIA nº 1.857 de 28 de julho de 2020, pelo Ministério da Saúde, no valor de R\$ 261.244,00 (Duzentos e sessenta e um mil e duzentos e quarenta e quatro reais).

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU PELA RATIFICAÇÃO DO DECLÍNIO DE ATRIBUI-